

[Início](#)

[Organização](#)

[Apresentação](#)

[Trabalhos Premiados](#)

[Resumos](#)



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – PPGSC/UEFS

Núcleo de Epidemiologia – NEPI

Período: 04 e 05 de Novembro de 2013

simposiosts.wordpress.com

Apoio

Realização



Universidade Estadual
de Feira de Santana

fapesb

Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Programa de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva
Universidade Estadual de Feira de Santana

Núcleo de Epidemiologia

Responsabilidades e direitos autorais

Todo conteúdo, escrita e originalidade dos resumos publicados nestes anais são de inteira responsabilidade dos autores.

Estes anais podem ser reproduzidos e divulgados de forma total ou parcial, desde que sejam devidamente referenciados para garantir os direitos legais de autoria e publicação.

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

Simpósio Sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde (2.: 2013: Feira de Santana, Bahia)
S621a Anais [do] II Simpósio Sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde, de 04 e 05 de Novembro de 2013 / Coordenadora: Tânia Maria de Araújo. - Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

1 CD-ROM

ISSN 2359-2052

1. Saúde Coletiva. 2. Saúde do Trabalhador. 3. Trabalhador de Saúde. I. Araújo, Tânia Maria de, Coord. II. Título.

CDU: 614-051



Universidade Estadual de Feira de Santana

Reitor

José Carlos Barreto de Santana

Vice-Reitor

Genival Corrêa de Souza

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Marluce Maria de Araújo Assis

Diretor do Departamento de Saúde

Pedro Nascimento Prates Santos

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Thereza Christina Bahia Coelho

Coordenadora do Núcleo de Epidemiologia

Tânia Maria de Araújo

Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Maria Goreth de Sousa Pinho

Jorge Pedro Barros

Realização

Núcleo de Epidemiologia
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Coordenação Geral

Profª Drª. Tânia Maria de Araújo

Comissão Organizadora

Amália Ivine Costa Santana

Bianka Souza Martins Silva

Carla de Oliveira Brito

Daiane Tanan da Silva

Danyella Santana Souza

Diana Moura Leal

Fabiana Mandelo Casaes

Iracema Lua

Jorgana Fernanda de Souza Soares

Kionna Oliveira Bernardes Santos

Mariana de Castro Brandão Cardoso

Morgana Santana Mascarenhas

Paloma de Sousa Pinho Freitas

Paula Caroline Santos Oliveira

Técia Maria Santos Carneiro e Cordeiro

Thalles da Costa Lobê Pereira

Apoio Técnico – Monitores

Anna Paula Matos de Jesus

Fernanda de Oliveira Souza

Layla Baptista Cavalcante Wriqth

Ludmila Couto da Silva
Marcelo Leandro Santana Cruz
Priscilla Pinto Araújo

Comissão Científica

Jorgana Fernanda de Souza Soares
Kionna Oliveira Bernardes Santos
Maura Maria Guimarães de Almeida
Tânia Maria de Araújo
Thereza Christina Bahia Coelho

Comissão de Avaliação

Juliana da Silva de Oliveira
Kionna Oliveira Bernardes Santos
Maura Maria Guimarães de Almeida
Melquíades Rebouças Lessa
Paloma de Sousa Pinho Freitas
Rosane Silva Davoglio

Editoração dos Anais

Fernanda de Oliveira Souza
Morgana Santana Mascarenhas
Técia Maria Santos Carneiro e Cordeiro
Thalles da Costa Lobê Pereira

Apresentação

A relação entre a forma como o trabalho se estrutura, organiza e repercute na saúde dos trabalhadores é evidente na literatura. Entre os trabalhadores da saúde, as vivências ocupacionais refletem não apenas na saúde dessa categoria, mas também no cuidado prestado ao usuário, uma vez que tais experiências são moldadas pelas práticas e pelo ambiente de trabalho. Portanto, a garantia de saúde dos trabalhadores da saúde é um fator importante para a qualidade e resolubilidade da atenção prestada.

O II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde é um evento que dá seguimento as discussões sobre a temática e incorpora o projeto multicêntrico “Condições de trabalho, condições de emprego e saúde dos trabalhadores da saúde da atenção básica na Bahia” que conta com a participação de seis universidades públicas baianas (UEFS, UESB, UESC, UFBA, UFRB e UNIVASF).

O Simpósio pretende abordar de maneira articulada as discussões sobre os aspectos relacionados ao trabalho, emprego e saúde desses trabalhadores, atores fundamentais para constituição da Saúde Coletiva; divulgar as pesquisas desenvolvidas pelas instituições participantes do projeto e as experiências de investigações nas diferentes áreas de atuação da saúde; contribuir para aprimorar o campo das práticas da saúde dos trabalhadores; fomentar a reorientação das políticas de saúde em direção aos trabalhadores visando à melhoria da qualidade da atenção para os usuários, entre eles, os próprios trabalhadores da saúde.

Aliado a isso, tem como meta colaborar para a formação de uma rede de conhecimento e informações sobre condições de trabalho e saúde. Permitindo identificar as dificuldades e desafios para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo de investigação, bem como as possibilidades de avanços, construção de diálogos e de uma rede de cooperação entre os pesquisadores e gestores dos serviços de saúde.

Um momento de refletir sobre as práticas e atividades na construção do Sistema Único de Saúde, incorporando as questões relativas às condições de trabalho, de emprego e de saúde dos trabalhadores da saúde na gestão e organização dos serviços de saúde.

Programação

04/11/2013 - Segunda – feira

08:30-9:00 – Abertura

Dr^a. Thereza Christina Bahia Coelho – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UEFS)

09:00-10:00 – Palestra de Abertura: “A saúde dos trabalhadores da saúde: principais enfoques e abordagens”

Dr^a. Tânia Maria de Araújo (UEFS)

10:00-12:30 – Mesa redonda: Resultados locais de uma pesquisa multicêntrica STS

UEFS: Resultados de Feira de Santana

Me. Thalles da Costa Lobê Pereira

UESB: Resultados de Jequié

Me. Jefferson Paixão Cardoso

UESC: Resultados de Ilheus/ Itabuna

Dr^a. Rozemere Cardoso

UFRB: Resultados de Santo Antônio de Jesus

Ma. Paloma de Sousa Pinho Freitas

UFBA: Resultados de Salvador

Ma. Ana Maria Neta de Oliveira

UEFS E UFRB: Dados do estudo qualitativo

Ma. Elaine Andrade Leal Silva

12:30-14:00 – Almoço

14:00-15:00 – Palestra: “A saúde dos Trabalhadores da Saúde”

Dr^a Iracema Viterbo Silva (ISC)

15:30-16:00 – *Coffe Break*

16:00-18:00 – Apresentação de Trabalhos

05/10/2013 - Terça – Feira

8:30-11:00 – Mesa redonda: “A saúde do trabalhador da saúde na atenção básica”

A saúde do trabalhador da saúde na atenção básica: avanços, limites e desafios sob **o olhar das políticas de Saúde**

Dr^a Thereza Christina Bahia Coelho (UEFS)

A saúde do trabalhador da saúde na atenção básica: avanços, limites e desafios sob **o olhar dos pesquisadores**

Ma. Kionna Oliveira Bernardes Santos (UFBA)

A saúde do trabalhador da saúde na atenção básica: avanços, limites e desafios sob **o olhar dos trabalhadores da saúde**

Enf. Nilton Vitorio Almeida (Representante do Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia - SEEB)

A saúde do trabalhador da saúde na atenção básica: avanços, limites e desafios sob **o olhar da gestão em saúde**

Enf^a. Aline Pires Reis (Diretora da Atenção Básica de SAJ)

A saúde do trabalhador da saúde na atenção básica: avanços, limites e desafios sob **o olhar do controle social**

Prof. Adroaldo Oliveira dos Santos (UEFS)

11:00-12:30 - Premiação dos Trabalhos

Trabalhos Premiados no II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Consumo de álcool entre trabalhadores da saúde de um município de pequeno porte.

Autores: Cléia Lima Rocha, Maria Inês Pardo Calazans, Luana Barbosa da Cruz, Jefferson Paixão Cardoso, Thiago Raphael Martins Meira e Juliana da Silva Oliveira.

O riso e o choro do agente comunitário: o que “meu trabalho tem feito comigo?”.

Autores: Elaine Andrade Leal Silva, Taiandson dos Santos Carneiro e Thereza Christina Bahia Coelho.

Situação vacinal dos agentes comunitários de saúde de um município do recôncavo da Bahia.

Autores: Ana Paula Cerqueira Figueiredo e Paloma de Sousa Pinho Freitas.

Fatores de riscos ocupacionais e situação de saúde dos agentes de endemias de Itaberaba-BA.

Autores: Quênia Fraga Leão, Flávia Nogueira e Ferreira de Sousa, Carla Oliveira, Ana Rita Vaz de Queiróz, Mariana de Castro Brandão Cardoso, Rosecler Reis Pedreira e Antonízia de Jesus Soares.

Sumário

1. <u>Aspectos da saúde do trabalhador profissional de medicina</u>	9
2. <u>Consumo de álcool entre trabalhadores da saúde de um município de pequeno porte</u>	10
3. <u>O desvelar do processo de trabalho ensinar do ACS: cotidiano e práticas</u>	11
4. <u>O riso e o choro do agente comunitário: o que “meu trabalho tem feito comigo?”</u>	12
5. <u>Capacidade para o trabalho entre trabalhadores da atenção básica em saúde</u>	13
6. <u>Fatores de risco ocupacional dos mototaxistas de Itaberaba-Ba</u>	14
7. <u>Fatores de riscos ocupacionais e situação de saúde dos agentes de endemias de Itaberaba-Ba</u>	15
8. <u>Levantamento dos fatores de riscos ocupacionais à saúde dos trabalhadores agentes de combate as endemias contra leishmaniose visceral: relato de experiência profissional</u>	16
9. <u>Satisfação e qualidade de vida de trabalhadores da saúde de um hospital público do Sudoeste da Bahia</u>	17
10. <u>Mortalidade por acidente de trabalho no Brasil, 2006-2010</u>	18
11. <u>Eliminando o trabalho infantil: uma intervenção integrada à atenção básica em saúde</u>	19
12. <u>Capacidade para o trabalho em profissionais de um hospital público do Sudoeste da Bahia</u>	20
13. <u>O espaço laboral e seus efeitos no trabalho, vida e saúde dos trabalhadores da ESF de Feira de Santana-Ba</u>	21
14. <u>Absenteísmo da equipe de enfermagem no contexto hospitalar: uma revisão bibliográfica</u>	22
15. <u>Aspectos psicossociais do trabalho em profissionais da saúde de um Hospital Regional</u>	23
16. <u>Situação vacinal dos Agentes Comunitários de Saúde de um município do Recôncavo da Bahia</u>	24



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

Aspectos da saúde do trabalhador profissional de medicina

Ariane Costa de Oliveira¹, Priscila Silva Mota¹, Thais Gladys de Souza Fagundes¹, Roberval Passos de Oliveira¹.

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Conforme o Conselho Federal de Medicina (2005), a Medicina é uma modalidade de trabalho social, instituída como profissão de serviço, e uma instituição social a serviço da humanidade. Tal profissão tem sido definida classicamente pelas suas finalidades imediatas e manifestas. De início, como a arte e ciência de curar as doenças do corpo humano, posteriormente incorporou-se o objetivo de prevenir os agravos à saúde e, mais recentemente, ampliou-se com a finalidade de promover a saúde (JACOBINA; DINIZ; SOUZA; 2005). Com relação à saúde dos médicos um dado trazido pelo Conselho Federal de Medicina chama a atenção que apesar de serem profissionais que lidam com a promoção da saúde e a prevenção de agravos eles não estão isentos de serem atingidos pelas doenças que acometem a população em geral. O contexto de trabalho contribui para maior predisposição a aquisição das mesmas, por exemplo, o nível de estresse por ter que lidar com a vida e a morte de pessoas influencia significativamente a saúde mental desses indivíduos, possibilidades de contaminação (no caso das doenças infecciosas e parasitárias), além da jornada de trabalho exaustiva e intensa que os impossibilitam de fazer atividades físicas ou o controle dessas doenças. (Conselho Federal de Medicina, 2005). Diante do exposto o presente trabalho teve como objetivo refletir e produzir informações sobre o trabalho médico e descrever as representações dos mesmos acerca do processo e significado trabalho e o impacto deste em sua saúde. A coleta dos dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada, contendo 23 questões relacionadas ao significado do trabalho, sua centralidade, processo de trabalho e saúde aplicado a cinco profissionais da área médica de diferentes especialidades. E como resultado, os participantes admitiram a Medicina como uma profissão que traz riscos à saúde do profissional, tanto física quanto mental, mas também pode funcionar como mecanismo de reparação da saúde desses profissionais. Assim concluímos que apesar das dificuldades o trabalho exerce um papel essencial na vida destes profissionais, e a importância do profissional da psicologia nesse contexto do trabalho, como suporte e prevenção na área de saúde mental, atuando na estruturação do trabalho.

Palavras-chave: Medicina; Saúde do trabalhador; Saúde mental.



Consumo de álcool entre trabalhadores da saúde de um município de pequeno porte

Cléia Lima Rocha¹, Maria Inês Pardo Calazans¹, Luana Barbosa da Cruz¹; Jefferson Paixão Cardoso¹; Thiago Raphael Martins Meira¹; Juliana da Silva Oliveira¹.

¹Núcleo de Estudos em Saúde da População - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O uso de bebidas alcoólicas é um ato social que a depender do estilo de vida atual, elevados níveis de estresse, de ansiedade, de baixa autoestima, e sentimentos depressivos podem ser fortes motivadores para o consumo abusivo (CARVALHO et al., 2009). Este estudo objetiva descrever o consumo de álcool entre trabalhadores da saúde no município de Jequié. Realizou-se estudo de corte transversal entre trabalhadores da saúde da atenção primária e terciária do município de Jequié, Bahia, exceto de agentes comunitários de saúde. A coleta foi realizada através de questionário padronizado, autoaplicável no local de trabalho. Avaliou-se o consumo de álcool a partir da questão “Você consome bebidas alcoólicas?”. Os dados foram tabulados através do software Epidata, versão 3.0 e analisados através do SPSS, versão 21.0. Avaliou-se a prevalência de consumo de álcool, segundo variáveis sociodemográficas, ocupacionais e modelo demanda-controle (KARASEK, 1979). A prevalência geral de consumo de álcool foi de 40,5% para trabalhadores da atenção básica e 37,9% para os da atenção terciária. A prevalência de consumo foi maior entre homens para ambos os níveis da atenção. Trabalhadores na atenção terciária com idade até 39 anos obtiveram maiores prevalências para o consumo (43,3%). Da variável situação conjugal, entre os solteiros a prevalência foi de 42,9% na atenção básica e 45,8% na terciária, dados relevantes em relação aos casados/união estável com 35,3% e 34,4%, respectivamente. Em relação à presença de filhos, a prevalência foi de 38,0% (atenção básica) e 34,9% (atenção terciária). Trabalhadores com nível superior, menor tempo de trabalho no serviço público também apresentaram maiores prevalências nos dois níveis investigados. Entre trabalhadores da atenção básica com carga horária até 20 horas a prevalência para consumo de álcool foi maior (51,2%). Porém, trabalhadores da rede terciária com carga acima de 20 horas apresentaram maiores prevalência para o consumo (42,1%). Em situação de trabalho ativo e alta exigência o consumo foram respectivamente 45,1% e 42,9% na atenção básica e 36,4% e 31,0% na atenção terciária. Os resultados do estudo demonstram altas prevalências para consumo de álcool entre trabalhadores da saúde na atenção básica e terciária, no município de Jequié, demonstrando situação preocupante nesta população.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Consumo de bebidas alcoólicas; Prevalência.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

O desvelar do processo de trabalho ensinar do ACS: cotidiano e práticas.

Graziele Santana Bomfim¹, Elaine Andrade Leal Silva¹, Paula Santos da Silva¹.

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O Agente comunitário de saúde (ACS) desponta na Atenção Básica (AB) como um ator relevante para efetivação da Estratégia de Saúde da Família, pois é ele que mantém a aproximação do usuário com os serviços de saúde da Unidade Saúde da Família (USF), conhece a comunidade e trabalha com ela. Este profissional realiza um trabalho essencial para promoção da saúde e consolidação do SUS, utilizando diversos instrumentos para a operacionalização do seu trabalho em diferentes lugares do território e domicílio, sendo um deles a Educação em Saúde. Este estudo objetiva analisar o processo de trabalho ensinar dos Agentes Comunitários de Saúde em unidades de saúde da família de um município baiano. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, descritivo, onde participaram do estudo 09 agentes comunitários de saúde. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, e a observação não participante nas micro áreas de atuação do ACS. Dentro do processo de trabalho ensinar do ACS, podemos verificar que o objeto do seu processo de trabalho são as pessoas para as quais os ACS prestam seu serviço e realizam as atividades educativas, tendo como instrumentos de trabalho o conhecimento popular e científico embasados em tecnologias da saúde. A finalidade é a troca de conhecimento, assim como, o produto final do processo de trabalho é a promoção, cura ou reabilitação da saúde. Podemos concluir, mesmo que haja entraves no exercício do processo de trabalho ensinar como a falta de credibilidade por uma parcela da comunidade isso não impede o ACS de exercer seu papel de representante da comunidade onde reside e trabalha.

Palavras-chave: Agente comunitário de saúde; Processo de trabalho; Educação em saúde.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

O riso e o choro do agente comunitário: o que “meu trabalho tem feito comigo?”

Elaine Andrade Leal Silva¹, Taiandson dos Santos Carneiro¹, Thereza Christina Bahia Coelho².

¹Grupo de Pesquisa Saúde Organização e Trabalho (SORT) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;

²Núcleo Saúde Coletiva - Universidade Estadual de Feira de Santana.

A atividade laboral do Agente Comunitário de Saúde (ACS) representa a interseção entre a Comunidade e Unidade de Saúde num determinado território. Esta torna o ACS suscetível a situação de prazer e sofrimento no trabalho, muitas vezes agravados pelo fato do espaço de trabalho confundir com o ambiente de moradia. Além disso, os ACS podem sofrer pressões e sobrecargas, devido ao conflito de ora ser usuário, ora trabalhador de saúde do mesmo espaço de serviço. O objetivo deste estudo é conhecer as situações de prazer e sofrimento e superação vivenciadas no trabalho do Agente Comunitário de Saúde, de Santo Antônio de Jesus (SAJ), Bahia. Recorte da pesquisa intitulada Processo de Trabalho dos Trabalhadores da Atenção Básica da Bahia, esta pesquisa qualitativa, descritiva, realizada na Atenção Básica (AB) de SAJ com oito ACS após aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana realizou-se a entrevista semi-estruturada no período de agosto a outubro de 2011. A análise de dados foi realizada através do método de Análise de conteúdo. Este estudo mostrou que para os ACS na AB de SAJ o prazer na atividade laboral é representado por: estar com a comunidade em que convive; ser bem acolhido pela comunidade; ajudar as pessoas de sua micro área; ouvir as demandas da comunidade tentando resolvê-las; ser reconhecido. Em contrapartida, o sofrimento do ACS na sua atividade laboral margeiam questões dificuldade acesso da comunidade a rede de assistência à saúde, problemas sociais da comunidade que atuam como a pobreza, a miséria e a fome; impotência em resolver problema do outro; impotência frente a gestão do SUS; sofre por envolver-se pessoalmente com problemas do outro. Os resultados demonstram que o riso/prazer e o choro/sofrimento estão presentes no cotidiano da atividade laboral dos ACS santoantoniense. Faz-se necessário haver equilíbrio entre sentimentos tão antagônicos e para isto, ACS e demais trabalhadores da saúde, comunidade, gestores da atenção básica, pesquisadores e universidade discutam e trabalhem juntos no sentido de buscarem alternativas que promovam a saúde física e mental dos trabalhadores da saúde, nesta pesquisa representado pelos ACS.

Palavras - chave: Trabalho; Agente comunitário.



Capacidade para o trabalho entre trabalhadores da atenção básica em saúde

Margarete Costa Helioterio¹, Eliane Cardoso de Souza¹, Kionna Oliveira Bernardes Santos.²

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

²Universidade Estadual de Feira de Santana.

A capacidade laborativa em profissionais que trabalham com a saúde de outras pessoas exige um grande esforço físico e mental no trabalho, ocasionando assim um desgaste na realização de suas tarefas desencadeando respostas fisiológicas, psicológicas e comportamentais com possibilidade de diminuição da capacidade para o trabalho e desencadeamento de doenças. Neste estudo objetivou-se avaliar a capacidade para o trabalho entre trabalhadores da Atenção Básica em Saúde. Trata-se de um estudo observacional do tipo corte transversal. A população do estudo constituiu-se de um censo de 506 trabalhadores da saúde da secretaria municipal de saúde de um município da região do recôncavo baiano que estavam em pleno exercício da atividade profissional. Foi aplicada uma tradução autorizada do Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT). Os resultados foram obtidos por meio de análise descritiva utilizando-se como medidas frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central e dispersão e mostraram que do total de 506 trabalhadores, a maioria era do sexo feminino (78,3%), tinham idade até 39 anos (64,2%), possuíam de 1 a 4 filhos (60,9%), não tinham ensino superior (56%) e 54,04% eram casados. A média de idade da população foi estimada em 36,6 anos (DP=10,3). Com relação as características ocupacionais dos trabalhadores da atenção básica, observou-se que a maioria tinha mais de 15 anos na função (85,4%), trabalhava em turno integral (83,8%) e tinha jornada de trabalho entre 31 a 40 horas semanais (68,8%). Na avaliação do ICT, verificou-se que entre os profissionais de nível superior cujo trabalho demandava exigências físicas e mentais, possuíam boa capacidade para o trabalho (60,3%), moderada (32,7%), ótima (4,2%) e ruim (1%). Dos profissionais de nível médio e fundamental com trabalho de exigências físicas, a capacidade para o trabalho foi moderada (49,8%), boa (43,7%), ótima (2,8%) e ruim (2,3%). Os resultados apontaram uma pior capacidade laboral entre os trabalhadores da atenção básica de nível médio e fundamental com exigências físicas no trabalho comparado àqueles com nível superior. Diante desses achados, observa-se a necessidades de implementação de ações no âmbito da Atenção Básica em Saúde visando a preservação da capacidade laboral sobretudo nos níveis com menor escolarização.

Palavras-chave: Atenção Básica à Saúde; Capacidade para o trabalho; Saúde do trabalhador.



Fatores de risco ocupacional dos mototaxistas de Itaberaba-BA

Quênia Fraga Leão¹, Flávia Nogueira e Ferreira de Sousa¹, Carla Oliveira¹, Ana Rita Vaz de Queiróz¹, Mariana de Castro Brandão Cardoso¹, Rosecler Reis Pedreira¹, Antonízia de Jesus Soares¹.

¹Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Itaberaba-BA.

O mototáxi surgiu como uma alternativa a má qualidade ou inexistência de transporte público em alguns municípios do Brasil associado às dificuldades de acesso aos postos formais de trabalho e dependendo da maneira como está organizado este processo de trabalho agravos a saúde deste trabalhador podem ocorrer. O Objetivo deste estudo foi descrever os fatores de risco ocupacionais existentes no trabalho dos mototaxistas de Itaberaba-BA. Trata-se de um descritivo que foi realizado do período de agosto de 2009 a dezembro de 2010, no município de Itaberaba –BA. A população do estudo foram os mototaxistas de Itaberaba-BA. A amostra foi selecionada por conveniência. Os fatores de risco ocupacionais foram mapeados utilizando a aplicação de um questionário em forma de entrevista individual, contendo questões abertas e fechadas além de observação direta do trabalho do mototaxista. Para análise dos dados foram utilizados procedimentos da estatística descritiva analisados por meio do programa Excel e para análise das informações qualitativas foi utilizada a análise de conteúdo. Foram identificados 36 pontos de mototáxi em Itaberaba, sendo ao todo 306 mototaxistas e 47 assistentes administrativos. Aceitaram participar do estudo 94 mototaxistas (30%), (M=02; H=92), sendo que a maior parte referiu ter idade entre 19 a 25 anos (47%), estar nesta profissão há mais de 2 anos (56%), não possuir carteira de habilitação na categoria A (50%) e trabalhar todos os dias da semana por mais de 12 horas por dia (50%). Como EPI, 100% afirmaram usar somente o capacete e 80% referiram já ter sofrido algum acidente de trânsito. Foi observado a exposição dos mototaxistas ao calor, radiação não-ionizante, posturas inadequadas, violência e acidentes de trânsito. Ações intersetoriais de vigilância a saúde dos mototaxistas, devem ser implementadas na tentativa de diminuir os riscos ocupacionais e a ocorrência de acidentes de trânsito.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Riscos ocupacionais; Acidentes de trabalho; Acidentes de trânsito.



Fatores de riscos ocupacionais e situação de saúde dos agentes de endemias de Itaberaba-BA

Quênia Fraga Leão¹, Flávia Nogueira e Ferreira de Sousa¹, Carla Oliveira¹, Ana Rita Vaz de Queiróz¹, Mariana de Castro Brandão Cardoso¹, Rosecler Reis Pedreira¹, Antonízia de Jesus Soares¹.

¹ Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Itaberaba-BA.

Os Agentes Comunitários de Endemias (ACES) estão expostos a fatores de risco ocupacionais que podem levar ao desenvolvimento de agravos a saúde. O objetivo deste estudo foi descrever o perfil de exposição a fatores de risco ocupacionais e situação de saúde dos ACES de Itaberaba. Trata-se de um estudo descritivo que teve como população os ACES de Itaberaba-BA. Para a coleta de dados foi utilizado o questionário do Manual de Orientações Técnicas para a Proteção a Saúde dos ACES, elaborado pelo CESAT contendo perguntas sobre os riscos físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes (AT), aplicado sob forma de entrevista. Os dados foram analisados utilizando-se o Excel. A amostra foi selecionada por conveniência e se dispuseram a participar do estudo 52% dos ACES de Itaberaba, sendo a maior parte homens (77,2%), com média de idade de 44,1 anos, casados (70%), apresentando nível de escolaridade de ensino médio (77,7%). Cerca de 44,5% ACES referiram trabalhar na zona rural e urbana concomitantemente, 20% já adoeceram por causa do trabalho, 16,7% sofreram algum AT com pérfuro cortante. Aproximadamente 60% sofreu agressão interpessoal durante o trabalho e 70% disseram ter sintomas osteomusculares. Todos manipulam algum tipo de agrotóxico organofosforado ou carbamato, sendo que cerca de 16% dos ACES manipulam mais de um tipo de agrotóxico. Aproximadamente 39% dos ACES referiram estar expostos aos agrotóxicos há mais de 30 anos, apenas 42% afirmaram já ter realizado alguma vez na vida a sorologia da acetilcolinesterase e todos os agentes que realizam a atividade de “abate” disseram que não é fornecido nenhum equipamento de proteção individual. Ações de vigilância a ambiente e processos de trabalho e monitoramento da saúde dos ACES devem ser direcionadas principalmente para prevenção intoxicações por agrotóxicos, doenças osteomusculares, agressões interpessoais e AT.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Riscos Ocupacionais; Vigilância em Saúde do Trabalhador.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

Levantamento dos fatores de riscos ocupacionais à saúde dos trabalhadores agentes de combate as endemias contra leishmaniose visceral: relato de experiência profissional.

Louise Conceição Lima¹, Carla Souza Guimarães Oliveira², Débora Macêdo Mariano³, Raimundo Mozart Santos da Silva⁴, Maeli Gomes de Oliveira.⁵

¹ Secretaria Municipal de Saúde. ² Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Feira de Santana Bahia. ³ Universidade Estadual de Feira de Santana.

Este trabalho é um relato de experiência profissional sobre o levantamento dos fatores de riscos ocupacionais à saúde dos trabalhadores agentes de combate as endemias contra leishmaniose visceral, realizado pelos técnicos do setor de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) do CEREST Feira de Santana-Bahia, a partir de uma demanda espontânea. O objetivo principal deste estudo foi analisar os riscos ocupacionais a que estão expostos estes trabalhadores, bem como conhecer os efeitos adversos a saúde em razão das condições de risco da atividade de combate a endemias; já que as leishmanioses constituem um crescente problema de saúde pública, não somente no Brasil, onde é considerada uma das endemias de interesse prioritário. Adotou-se como base metodológica as informações prestadas pelos trabalhadores, que foram acompanhados *in locu*, no exercício das suas funções em 12/09/2011 e 26/09/2011, como também pela análise das informações do documento de cadastramento, instrumento elaborado pelo Centro Estadual de Saúde do Trabalhador- CESAT e adaptado pelo CEREST-FSA. Os resultados evidenciaram exposição a diversos riscos: ergonômicos, físicos, os de acidente e em especial os riscos químicos. Também foi observado, no tocante aos Equipamentos de Proteção Individual distribuição precária, inadequação ao risco, falta de treinamento, fiscalização e reposição. Foram sinalizadas recomendações de saúde e segurança, baseadas principalmente nas que são preconizadas pelo Ministério da Saúde através das ações integradas de Saúde e Segurança e das que são recomendadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego através das Normas Regulamentadoras, e que ao serem adotadas, objetivam propiciar melhores condições de trabalho e de saúde, adoção de práticas de segurança, comprometimento real da gestão, evitar a maior parte das lesões e doenças ocasionadas ou agravadas pelo trabalho e por fim, eliminar ou minimizar os riscos no local de trabalho.

Palavras-chave: Agente de Combate a Endemias; Saúde do Trabalhador; Fatores de Riscos Ocupacionais; Saúde do Servidor Público; Cerest Feira de Santana-Ba.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

Satisfação e qualidade de vida de trabalhadores da saúde de um hospital público do Sudoeste da Bahia

Luana Barbosa da Cruz¹; Maria Inês Pardo Calazans¹, Cleia Lima Rocha¹, Jefferson Paixão Cardoso¹, Thiago Raphael Martins Meira¹.

¹Núcleo de Estudos em Saúde da População - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Satisfação e qualidade de vida é definida pela Organização Mundial da Saúde como “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL Group, 1995). O presente estudo objetivou investigar a satisfação e qualidade de vida de trabalhadores da saúde de um hospital público no sudoeste baiano. Estudo epidemiológico de corte transversal com trabalhadores de saúde de um hospital localizado no município de Jequié, Bahia. Utilizou-se questionário autoaplicável composto por questões organizadas em 08 blocos, sendo nesse estudo avaliado o bloco satisfação e qualidade de vida. A coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2012 a março de 2013. Os questionários foram tabulados através do software Epidata 3.1 e analisados através do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences – SPSS 21*. Das variáveis estudadas para avaliar satisfação e qualidade de vida, foram utilizadas variáveis sociodemográficas e sociocupacionais. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB, sob protocolo de número 094/2011. Participaram do estudo 212 profissionais, em relação ao tempo de trabalho no HGPV, 16,5% dos trabalhadores afirmam não estarem satisfeitos com o seu trabalho e 26,5% interpretam como ruim/muito ruim a qualidade de vida. Segundo o tempo de trabalho na profissão, 16,8% declaram não estarem satisfeitos em seu trabalho e 29,2% afirmaram como ruim/muito ruim sua qualidade de vida. Contudo, 16,7% dos trabalhadores de até 39 anos não estão satisfeitos com o trabalho, e 24,7% afirmam como ruim/muito ruim a qualidade de vida. Observou-se também que dos trabalhadores com ensino superior e médio técnico relatam insatisfação em seu trabalho, respectivamente 18,5% e 14,4%. Já a boa/muito boa qualidade de vida foi de 73,9% entre trabalhadores com ensino superior. Este estudo possibilitou descrever a satisfação e qualidade de vida dos trabalhadores da saúde na atenção terciária, revelando situação de atenção e melhor avaliação segundo especificidades do trabalho das categorias profissionais.

Palavras-chave: Satisfação; Qualidade de vida; Trabalhadores da saúde.



Mortalidade por acidente de trabalho no Brasil, 2006-2010

Margarete Costa Helioterio¹, Luciano Silva Pimentel¹.

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O crescimento econômico do país levou a melhoria das condições de vida de um modo geral. Com o crescimento da empregabilidade houve elevação nos rendimentos, acesso a bens e serviços, porém nem sempre acompanhadas de melhorias nas condições de saúde e segurança dos trabalhadores. Os acidentes de trabalho são eventos socialmente determinados, com impactos econômicos e sociais, sendo importante causa de morbimortalidade no Brasil. Neste estudo objetivou-se estimar o Coeficiente de Mortalidade (CM) por Acidente de trabalho (AT) no Brasil no período de 2006-2010. Trata-se de um estudo descritivo, com análise das Declarações de Óbitos que compõem a base do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), disponível no DATASUS. A população de referência é a População Economicamente Ativa Ocupada (PEAO) do Brasil com 10 anos ou mais de idade. Utilizou-se como fonte de dados o IBGE e do Ministério da Saúde. Os resultados do estudo mostram que do total dos óbitos por AT (n=15.565) registrados no período, houve uma maior proporção de óbitos no sexo masculino (94,9%). Grande parte dos acidentes fatais ocorreu entre aquelas com menor escolaridade, que responde à sete anos ou menos de estudo (49,2%) e com idades entre 20 e 39 anos (48,7%). A maior proporção dos óbitos correspondeu aos trabalhadores ocupados no ramo de atividade econômica de transporte (23,9%). Dentre as causas básicas dos óbitos aquelas com maior frequência foram às relacionadas aos acidentes de transporte (48,3%). O coeficiente de mortalidade por AT foi 3,11 x 100.000 em 2006 de elevando-se para 4,05x 100.000 em 2010, o que representa a uma taxa de crescimento de 30,2% Observou-se coeficientes de mortalidade elevados nos estados de Mato Grosso (13,11/100.000), Distrito Federal (10,64/100.000), Tocantins (10,10/100.000) e Rondônia (8,87/100.000). Conclui-se que a mortalidade apresenta tendência de crescimento no período 2006-2010. Esses resultados indicam a necessidade políticas mais rígidas de segurança no trabalho com ações controle e intensificação da fiscalização, pois o trabalho é importante determinante do processo saúde-doença e dos diferenciais de em saúde dos grupos populacionais específicos.

Palavras-chaves: Acidente de Trabalho; Mortalidade; Saúde do Trabalhador; SIM.



Eliminando o trabalho infantil: uma intervenção integrada à atenção básica em saúde

Margarete Costa Helioferio^{1,2}, Vilma Sousa Santana², Eduardo Marinho², Milena Cordeiro², Jorge Iriart², Anne Andermann.³

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia¹

Universidade Federal da Bahia²

McGill University- Canadá³

O trabalho infantil deve ser objeto de intervenção do setor saúde. Nessa perspectiva Ministério da Saúde elaborou em 2005 as Diretrizes para Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes Economicamente Ativos (DAISCEA), que objetiva incorporar o cuidado a criança e adolescente trabalhador nos distintos níveis de complexidade do SUS. Este estudo descreve o impacto do treinamento de Agentes Comunitários de Saúde das equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF), sobre o registro da ocupação de crianças e adolescentes (6 a 17 anos de idade) na Ficha A da Atenção Básica (ABS) em um distrito sanitário de Salvador-BA. Trata-se de um estudo de intervenção do tipo antes e depois. Todos os 132 ACS das equipes PACS e ESF foram recrutados. O treinamento tomou como base a DAISCEA. Dados de ocupação de crianças e adolescentes que integram o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) foram analisados para verificar a completude e qualidade do registro antes e após a intervenção. Todos os 132 ACS receberam um treinamento com 8h de duração, que tratava da importância do trabalho para a saúde, o trabalho informal e formal, o trabalho ilegal de crianças e adolescentes, agravos ocupacionais, e o papel do PACS/ESF. A medida para avaliação do impacto da intervenção foi a Variação Proporcional Percentual (VPP). Dados do SIAB para o período antes da intervenção mostraram haver 2.255 crianças vivendo na área do estudo, com o registro da ocupação limitado a apenas 94 crianças (4,2%), foi identificado apenas um trabalhador. Os registros de ocupação de crianças e adolescentes se concentravam em meninos (53,2%), todos tinham idade acima de 15 anos, eram cobertos pelo PACS. Após a intervenção, verificou-se um aumento do número de crianças e adolescentes para 2.974 quase todos com o registro da ocupação (99,9%). A prevalência de trabalho infantil foi estimada em 1,04%. Foram registrados 31 casos de trabalho infantil, o que resultou numa variação proporcional de 30 vezes. Conclui-se que a intervenção teve impacto positivo, os ACS mostraram-se receptivos em participar da integração da Saúde do Trabalhador na ABS.

Palavras-chave: Trabalho do Menor; Agente Comunitário de Saúde; Programa de Saúde da Família.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

Capacidade para o trabalho em profissionais de um hospital público do sudoeste da Bahia

Maria Inês Pardo Calazans¹, Luana Barbosa da Cruz¹, Jefferson Paixão Cardoso¹, Thiago Raphael Martins Meira¹.

¹Núcleo de Estudos em Saúde da População - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O índice de capacidade para o trabalho - ICT é um instrumento que avalia a percepção do trabalhador em relação ao quão bem está, ou estará, neste momento ou num futuro próximo, e quão bem ele pode executar seu trabalho, em função das exigências, de seu estado de saúde e capacidades físicas e mentais (TUOMI et al., 2005). O ICT é um bom indicador da capacidade para o trabalho, pois revela situações de perda de capacidade laboral, absenteísmos e aposentadorias precoces, a partir da percepção do próprio trabalhador. (MARTINEZ et al., 2009). Diante disso, o presente estudo objetivou avaliar o índice de capacidade para o trabalho em profissionais da saúde de um hospital público no sudoeste da Bahia. Estudo epidemiológico de corte transversal com trabalhadores de saúde de um hospital público localizado no município de Jequié, Bahia. Utilizou-se questionário autoaplicável com questões organizadas em 08 blocos. A coleta de dados procedeu-se após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo realizada de setembro de 2012 a março de 2013. Os questionários foram tabulados através do software Epidata 3.1 e analisados através do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences – SPSS 21*. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (protocolo 094/2011). Foram investigados 212 trabalhadores. A avaliação geral da capacidade para o trabalho demonstra que trabalhadores apresentaram ICT baixo/moderado em 68,6%. As mulheres ICT baixo/moderado maiores em relação aos homens, respectivamente 72,9% e 53,3%. Profissionais de até 39 anos apresentam capacidade para o trabalho baixa/moderada em 70,7%. Maior tempo na profissão obteve ICT baixo/moderado de 82,1%, bem como em relação ao tempo de profissão na referida Instituição 73,1%. Este estudo possibilitou analisar o índice de Capacidade para o Trabalho, revelando uma provável existência de condições que afetam e/ou possam vir a afetar o desenvolvimento do trabalho, influenciando na qualidade de vida dos mesmos.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Trabalho; Condições de Trabalho; Riscos Ocupacionais; Carga de Trabalho.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

O espaço laboral e seus efeitos no trabalho, vida e saúde dos trabalhadores da ESF de Feira de Santana-BA

Milla Pauline da Silva Ferreira¹; Andrei Souza Teles¹; Thereza Christina Bahia Coelho¹.

¹Núcleo de Saúde Coletiva - Universidade Estadual de Feira de Santana.

Indubitavelmente, o avanço da Atenção Básica no Brasil ampliou os espaços destinados à prestação dos serviços de saúde. No entanto, é válido ressaltar que a configuração desses ambientes de trabalho pode ocasionar uma série de problemas, inclusive relacionados à saúde das equipes. O estudo objetiva analisar o espaço laboral e seus efeitos no trabalho, vida e saúde de trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família (ESF), bem como as condições e organização do trabalho dentro e fora das unidades, além de identificar padrões de adoecimento determinados pelo espaço. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo exploratório, com dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 22 trabalhadores, incluindo enfermeiros, médicos, cirurgiões-dentistas, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, dispostos em quatro unidades de ESF do município de Feira de Santana. O espaço de atuação dos profissionais não se limitou às unidades estendendo suas ações para os extramuros, como domicílios, escolas e igrejas. Contudo, a evidência de mais de uma equipe compartilhando a mesma unidade resultou em uma série de desconfortos. Alguns espaços eram identificados pelo profissional que os ocupavam, ou seja, a identificação funcional resultava da divisão territorial do trabalho. No que diz respeito às condições de trabalho dentro das unidades, evidenciou-se espaços pequenos e por vezes incompatíveis para a realização das ações de saúde, ambientes mal ventilados, falta de limpeza dos consultórios, ausência de ar condicionado e de manutenção preventiva dos equipamentos. Fora da unidade, foram relatados presença de esgotos a céu aberto, ruas com lixo e lama, desconforto nos domicílios, além de situações de violência, gerando riscos à saúde e insegurança no local de trabalho. Os padrões de adoecimento identificados, relacionados ao espaço de trabalho, foram: estresse, enxaqueca, rinite alérgica, infecção urinária, insônia e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho. Tendo em vista que o espaço pode trazer efeitos negativos à saúde, à vida e ao próprio trabalho dos trabalhadores, faz-se imprescindível a construção e ampliação dos espaços das unidades conforme as novas práticas de promoção da saúde, de modo a proporcionar segurança e ambiência mínima necessária à efetivação das ações a serem ofertadas à população.

Palavras-chave: Atenção Básica; Ambiente de Trabalho; Saúde do Trabalhador.



Anais do II Simpósio sobre a Saúde dos Trabalhadores da Saúde

Universidade Estadual de Feira de Santana
04 e 05 de Novembro de 2013
ISSN 2359-2052

Absenteísmo da equipe de enfermagem no contexto hospitalar: uma revisão bibliográfica

Taciane Alves de Oliveira Freitas¹, Elisama Silva de Oliveira Pascoal.²

¹Mestranda em Saúde Coletiva – NUPIIM - UEFS; ² Enfermeira Prefeitura Municipal de Campo Formoso – BA.

O absenteísmo trata-se do não comparecimento ou ausências em uma instituição de trabalho. É um problema complexo e árduo nas organizações hospitalares tanto para os gestores quanto para a equipe assistencialista, pois, tem efeito negativo na produção potencial devido à redução da força de trabalho disponível e por isso, trata-se de um indicador que precisa ser monitorado. A relação entre capital e trabalho traz consigo contradições, uma vez que, o mesmo trabalho que dignifica, confere status e reconhecimento ao ser humano, pode ser também fonte de sofrimento, de desequilíbrio físico e mental, de dor e frustração à medida que se agrava o estabelecimento do modelo capitalista e a exacerbação dos ditames da administração científica. Nessa perspectiva, as condições de trabalho tornam-se insalubres, a ponto de agredir a dignidade dos trabalhadores, caracterizando uma prática laboral incompatível com a qualidade de vida, inclusive no ambiente de trabalho hospitalar. O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica comparativa com o objetivo de analisar o levantamento das causas do absenteísmo da equipe de enfermagem de um Hospital no norte da Bahia, no ano de 2010, comparando estas causas com outras regiões e propondo sugestões de estudos para melhoria das mesmas. Para tanto, foi realizada uma busca online nas bases de dados LILACS, SciELO e BDENF das publicações sobre absenteísmo na equipe de enfermagem desenvolvidas em idioma português (Brasil) entre os anos de 2000 a 2012 e associadas ao ambiente hospitalar. Os resultados da pesquisa apontam que os profissionais de enfermagem de nível médio, de sexo feminino, com idade média de 40 anos e que trabalham em turnos noturnos são os principais absentes. Nota-se que as principais causas de absenteísmo no equipe de enfermagem estão associadas a doenças, e estas por sua vez, estão relacionados às condições de trabalho peculiares da enfermagem e ao ambiente laboral. Acredita-se na importância da elaboração de estratégias realizadas por meio de programas e ações preventivas que minimizem os índices de absenteísmo visando à promoção da saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Absenteísmo; Enfermagem; Hospital.



Aspectos psicossociais do trabalho em profissionais da saúde de um Hospital Regional

Thiago Raphael Martins Meira¹, Jefferson Paixão Cardoso¹, Juliana da Silva Oliveira¹, Maria Inês Pardo Calazans¹, Luana Barbosa da Cruz¹, Cléia Lima Rocha¹.

¹Núcleo de Estudos em Saúde da População - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Acometimentos físicos e mentais são advindos dentre outros, da interação dos fatores característicos do trabalho com alta exigência psicológica (pressão do tempo, concentração, produtividade) e o controle exercido sobre o próprio trabalho, de maneira a tomar decisões representativas no exercício profissional (SOUZA et al., 2010). Dentre os principais fatores de estresse ocupacional em profissionais de saúde destacam-se os elevados níveis de demanda e fatores ambientais nocivos (ARAÚJO et al., 2003). O estudo objetivou avaliar os aspectos psicossociais do trabalho em profissionais da saúde hospitalar. Estudo de corte transversal com trabalhadores de um hospital público da Bahia. A coleta de dados foi conduzida entre setembro de 2012 a março de 2013. Utilizou-se instrumento padronizado em forma de questionário composto por 08 blocos de questões. Avaliou-se no estudo o bloco de aspectos psicossociais do trabalho com questões do Modelo Demanda-Controle – MDC (KARASEK, 1979). As variáveis “demanda psicológica” e “controle” foram dicotomizadas em “baixo” e “alto”. A combinação destas gerou as categorias do MDC: alta exigência, baixa exigência, trabalho ativo e trabalho passivo. Tabularam-se os dados através do software Epidata, versão 3.1. Para análise estatística utilizou-se o programa estatístico SPSS, versão 21. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB, protocolo n.094/2011. Dentre os 214 profissionais, a maioria eram mulheres (76,4%), média de idade de 39,15±10,83 anos. Verificaram-se maiores proporções no sexo feminino em todos os grupos, principalmente no de baixa exigência (78%), a faixa etária prevaiente foi de 31 a 40 anos (38,3%), o grupo de trabalho passivo apresentou 72,4% de casados ou em união estável. A distribuição do modelo demanda-controle e variáveis ocupacionais demonstraram que quem apresentava vínculo efetivo tinham maiores proporções em todos os grupos, a carga horária semanal de 40 horas foi maior nos grupos de trabalho passivo e alta exigência, correspondendo a 66,7% e 42,4%, respectivamente. O trabalho de alta exigência e trabalho ativo foram respectivamente de 21,3% e 28,0%. Os profissionais da saúde hospitalar apresentaram de maneira geral alto controle sobre o trabalho, é importante avaliar as categorias do modelo segundo categorias profissionais, pois as demandas organizacionais do trabalho podem ser específicas.

Palavras-chave: Saúde mental; Condições de trabalho; Profissional de saúde; Saúde do trabalhador.



Situação vacinal dos agentes comunitários de saúde de um município do recôncavo da Bahia.

Ana Paula Cerqueira Figueiredo¹; Paloma de Sousa Pinho Freitas^{1,2}

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. ²Núcleo de Epidemiologia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) ocupa posição singular e contraditória no trabalho em saúde na atenção básica: por um lado, é membro da classe trabalhadora, onde age como facilitador na criação de vínculos com a comunidade e na ampliação do acesso aos serviços de saúde da unidade de saúde e por outro lado, é membro da própria comunidade, e como tal, usuário dos serviços públicos de saúde, portanto deve manter seu cartão vacinal atualizado. Desta forma, esse estudo teve como objetivo analisar a situação vacinal dos ACS da atenção básica do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia. Trata-se de um estudo quantitativo, de corte transversal e caráter exploratório do tipo censo. A coleta de dados foi realizada com 121 ACS do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia e utilizou um questionário específico com variáveis de interesse após aprovação no CEP/UEFS. A análise de dados foi descrita e explorada com cálculos de frequências simples e prevalências através do SPSS. A população estudada revelou-se majoritariamente feminina (89,4%), com predominância da faixa etária de 31 a 40 anos (52,1%). Na variável existência de EPI's a sua disposição, 58,7% referiram a não existência dos mesmos. Quanto aos aspectos da vacinação, apenas 19,5% de todos ACS entrevistados (121) estavam com todo o cartão vacinal do adulto regularizado, 80,5% estavam com esquema vacinal incompleto e 4,2% dos trabalhadores adultos não possuem qualquer dose para os imunobiológicos propostos pelo PNI. Com relação a presença de esquema completo e sexo, observou-se que 21,0% das mulheres tinham o esquema completo proposto, já os homens apresentaram apenas 7,7% de completude para o esquema de vacinação. Sabe-se, entretanto, que no processo de trabalho do ACS tem-se a observação e orientação da população quanto a manutenção do cartão de vacinação completo, no entanto, a realidade para o autocuidado dos mesmos revelou-se contraditória e denunciadora de uma situação de saúde inadequada para essas trabalhadoras.

Palavras-chave: Agente Comunitário de Saúde; Vacina; Programa Nacional de Imunização.



Realização



Núcleo de Epidemiologia



Apoio



Universidade Estadual
de Feira de Santana

